

Moção Setorial  
Congresso Nacional do Partido Socialista  
Batalha – Maio/2108

**CULTURA – PRIORIDADE NACIONAL**  
Pela criação do  
**SERVIÇO NACIONAL PÚBLICO DE CULTURA**

Acesso universal a uma CULTURA de qualidade

Delibera-se que o PS recomende ao governo  
tornar a CULTURA numa efetiva  
**PRIORIDADE NACIONAL**

Motor de desenvolvimento económico, social e civilizacional  
Por uma estratégia global e sustentada para Cultura

Redator e primeiro subscritor:

PAULO MATOS (secção de Cultura da FAUL) – militante PS nº 82114

**Índice:**

1) PS e o Estado Social .....	2
2) Cultura – Recurso Estratégico Nacional .....	3
3) Cultura – Fator de Emprego e Dinamismo Económico .....	4
4) Cultura – Precariedade Crónica .....	5
5) Cultura – Lugar de Liberdade e Afirmação Nacional .....	7
6) PROPOSTAS .....	9

## 1) PS e o Estado Social

O PS, na história do Portugal moderno, tem estado sempre na vanguarda da defesa da CULTURA, das artes e dos artistas, bem como na promoção dos nossos valores e tradições culturais.

É com o PS na governação que o país assistiu à criação do primeiro Ministério da Cultura e que se implementaram as mais importantes reformas e investimentos dedicados à Cultura e às suas infraestruturas por todo o país. Se hoje podemos percorrer todo o território e encontrar em quase todas as nossas cidades equipamentos culturais de excelência, numa verdadeira descentralização cultural, é às políticas de governação do PS que essa realidade se deve.

Estas opções governativas, de valorização da CULTURA, inserem-se numa tradição mais vasta e profunda de que todos nos orgulhamos – a fundação e o desenvolvimento do Estado Social – com a universalização da Escola Pública, parte integrante e verdadeiro bastião, desde o primeiro minuto, da raiz fundadora do PS, com a histórica criação do Serviço Nacional de Saúde, e que urge agora e sempre valorizar e defender, ou ainda com a implementação nacional e as reformas estruturantes da Segurança Social, como garantia de que o Estado existe para servir as populações em todos os seus direitos e em todas as necessidades.

Da mesma forma é com o PS, já neste novo milénio, que grande parte do nosso esforço nacional se vê direcionado para áreas verdadeiramente cruciais para o futuro de todos nós e das sociedades desenvolvidas – o investimento na investigação e no conhecimento científico, a oferta de universidades e escolas dotadas de meios de excelência e apostadas num serviço educativo gratuito e universal, bem como todos os grandes investimentos estratégicos de descentralização e de inovação, em energias alternativas, em defesa de património ou na criação de qualidade de vida para todas as populações.

Por todo este passado é nossa obrigação continuar na linha da frente liderando as reformas que o presente nos exige e encontrando as respostas aos desafios e às exigências de novos tempos e novas realidades.

Por tudo isto e porque nos assumimos como uma verdadeira força viva na resolução do presente e na construção do futuro, chegou a hora de afirmarmos a CULTURA como uma grande PRIORIDADE NACIONAL.

## 2) Cultura – Recurso Estratégico Nacional

Como parte integrante basilar duma sociedade que se quer assente no Conhecimento, a CULTURA deverá fazer parte das grandes opções estratégicas do país a par da EDUCAÇÃO ou da CIÊNCIA, e um dos mais importantes pilares do desenvolvimento e da afirmação nacional no mundo global que habitamos.

É indispensável compreender e assumir a CULTURA como uma das bases fundamentais da democracia, num país que se pretende formado por cidadãos livres, com forte espírito crítico e exigente sentido de responsabilidade. Temos de olhar a CULTURA como uma das grandes prioridades nacionais. Temos de assumir o desenvolvimento de um verdadeiro SERVIÇO NACIONAL PÚBLICO DE CULTURA.

A CULTURA é, inequivocamente, um dos mais importantes recursos estratégicos para o progresso social, económico e civilizacional num mundo onde as dimensões da criatividade, da inovação, do conhecimento integrado e integrador, são decisivas para a afirmação de um país e a estruturação do seu progresso.

A CULTURA é, cada vez mais, um dos elementos de maior influência e penetração nos mercados, integrada em todos os circuitos comerciais e moldando as decisões e os comportamentos. Apoiar e desenvolver a criação cultural é um fator indispensável para o desenvolvimento de um espírito crítico que nos afaste dos populismos crescentes e da alienação duma sociedade cada vez mais orientada para o consumo.

Falamos aqui de toda a CULTURA, assumida quer como elemento patrimonial, edificado e histórico, quer como criação artística de caráter performático, quer como produção industrial em atividades de crescente atratividade de consumidores e de investidores, quer ainda como elemento de comunicação e preservação dos nossos legados mais profundos associados com a língua e com todas as tradições. Todos estes níveis e dimensões são parte integrante de um todo Cultural e todas estas vertentes remetem-nos para uma transversalidade que podemos encontrar em todos os momentos e espaços da nossa vida.

É por tudo isso fundamental reconhecer a CULTURA como o mais importante recurso, instrumento e objetivo, tanto de uma economia competitiva como também de uma democracia mais participada e conscientemente crítica. É profundamente errado e erróneo pensar a CULTURA como um privilégio de alguns – ela é, por definição e essência, uma necessidade central de todo o desenvolvimento, quer pessoal, quer coletivo.

### 3) Cultura – Fator de Emprego e Dinamismo Económico

A CULTURA, com todos os setores de atividade que lhe estão associados, tem, cada vez mais, fortíssimos reflexos e consequências no dinamismo económico, na criação de emprego, e na produção de riqueza. E, se esta constatação poderá ser clara desde há séculos e em todas as sociedades, ela é muito mais premente nas sociedades desenvolvidas atuais.

Na União Europeia, apenas, são mais de 10 milhões os trabalhadores na área da CULTURA, representando mais de 5% da totalidade dos empregos existentes. Estes valores exprimem bem a relevância do sector, ocupando não só vastos setores das administrações públicas como inúmeras e exponencialmente produtivas pequenas e médias empresas, estabelecendo-se como polos de grande inovação e dinamismo.

As indústrias culturais constituem elementos fundamentais dentro do funcionamento de uma economia desenvolvida e importantes fontes de receita e de emprego, conforme comprovam a maior parte dos estudos que nos últimos anos se têm feito nesta área. Citamos, como exemplo, alguns dos mais relevantes:

- “Cultura e Desenvolvimento” coordenado pelo Prof. José Tavares da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa
- “Cultura, Emprego e Cidadania” com coordenação do Prof. Carlos Fortuna do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
- “O Impacto da Cultura na Criatividade”, pela KEA European Affairs, para a Comissão Europeia (Direcção-geral da Educação e da Cultura), de 2009
- “Creating growth: Measuring Cultural and Creative markets in the EU” de 2014, um estudo da Ernst&Young (EY)

Urge, por tudo isso, que se estabeleça, de uma vez por todas, uma mudança de paradigma na forma como olhamos, integramos e analisamos a CULTURA dentro da generalidade dos setores da sociedade, da economia e do estado.

Trata-se de um setor de fortíssima empregabilidade e de inquantificável impacto em toda a nossa vida pessoal e social. A aplicação de verbas públicas e não públicas na produção cultural constitui um investimento de enorme rentabilidade, atrativo à luz de todas as análises económicas, financeiras ou sociológicas. Dando apenas um exemplo, podemos constatar que todo o investimento em

recuperação e preservação de património cultural tem um extraordinário retorno por via do turismo – apenas os monumentos, museus e palácios geridos pela Direção-geral do Património Cultural são visitados, anualmente, por mais de três milhões de visitantes estrangeiros.

A urgência de investir no setor da CULTURA é tão premente e importante quão fundamental tem sido a modernização do nosso ensino ou o desenvolvimento das novas tecnologias e o apoio à exportação dos nossos produtos de excelência. Porque a nossa CULTURA é uma dimensão e um produto de excelência! Porque constitui o que de mais fundo nos define como nação, povo e identidade. Porque nos enquadra num coletivo comunitário indispensável à afirmação da nossa autoestima e do nosso bem-estar. Porque é um setor que produz - sim produz! - perto de 7% do PIB nacional, quando o estado apenas investe nele menos de 0,3%.

Esta realidade dos números é muitas vezes esquecida, perante os eternos clichés de que a CULTURA é um assunto para umas minorias que se aproveitam dos dinheiros públicos para se divertirem... Na realidade os agentes culturais, com a sua energia, o seu trabalho árduo, a sua criatividade impagável, constituem-se como verdadeiros servos de toda a comunidade, produzindo o que o Estado deve pagar e a sociedade deve recompensar. É preciso transformar a forma como olhamos a CULTURA. Temos de transformar o desenvolvimento e o apoio à CULTURA numa efetiva PRIORIDADE NACIONAL.

#### 4) Cultura – Precariedade Crónica

Todo o setor CULTURAL precisa de medidas que invertam o crónico estado de carência de meios financeiros e de má gestão dos investimentos. Existe um ministro da Cultura, mas não existe um verdadeiro ministério, mantendo-se apenas uma espécie de secretaria quase sem organismos, de poucas competências diretas e com pouca dotação autónoma de orçamento. Sem planeamento estratégico e sem escalonamento de prioridades reformadoras. Vivemos, e aparentemente aceitamos, esta fatalidade nacional de uma cultura sem estratégias a longo prazo, sólidas ou sustentáveis.

Nas últimas décadas afirmámos estratégias de sucesso, a longo prazo, em inúmeros domínios, desde as energias renováveis ao calçado, da investigação científica ao pastel de nata, e não nos damos conta de que escamoteamos este imenso setor da CULTURA que, pela sua potencial visibilidade, pela sua imensa transversalidade a quase

todas as áreas da nossa vida, pela sua gigante capacidade de produzir riqueza, direta e indiretamente, nos poderia colocar no lugar de encontro com nós mesmos e com as nossas mais profundas capacidades de viver o presente e vencer o futuro.

O Estado – todos nós! – tem mantido e acentuado um verdadeiro escândalo de discriminação e injustiça social: A precariedade de artistas e criadores em todas as áreas é crescente e cada vez mais dramática. Numa altura em todos se insurgem contra a precariedade na função pública, contra os contratos a prazo que se eternizam, é hora de olharmos para os milhares de criadores que desenvolvem um importantíssimo serviço público, mas que nunca sabem quando serão pagos, que não têm contratos, que trabalham muito mais do que as horas de cada dia, sem quaisquer direitos sociais, laborais, ou de reconhecimento social.

É hora de olhar de frente esta permanente tragédia que nos empobrece a todos e que impede que o setor se profissionalize e caminhe para uma afirmação de excelência na sua capacidade criativa.

E, de novo, não nos iludamos, não estamos a falar de artistas que queriam ser e não o são, de criadores que querem criar e não têm, supostamente, as devidas competências ou o esperado talento. Estamos a falar de milhares de jovens ou menos jovens em quem o Estado e todos nós investimos em formação, em escolas e em meios de elevada qualidade, para depois, lhes cortarmos as pernas e não lhes darmos a oportunidade de devolverem à sociedade o valor que nos custaram.

Quase meio século após a revolução de Abril continuamos a assistir, nas áreas da CULTURA, a uma insustentável subcontratação e a um recorrente desperdício de talentos formados por escolas financiadas por todos nós, que rapidamente são empurrados para uma cruel precariedade, sem possibilidade de retribuírem o que seria o resultado natural da sua formação e das suas vocações. E o absurdo de toda esta situação largamente generalizada é que o Estado promove as estruturas de apoio, os departamentos de análise administrativa, os espaços e as instituições de acolhimento, mas, todos os que efetivamente produzem Cultura podem ficar meses ou anos sem qualquer rendimento, à espera que alguns “decisores” selecionem os poucos apoios que irão distribuir a algumas propostas de criação.

Na sua maioria, os artistas portugueses vivem no limiar da pobreza, com enormes dificuldades, e ganham incomparavelmente menos do que qualquer outro profissional com grau equivalente de formação e

especialização. Já para não falar da quase absoluta miséria que aparece quando a idade avança, as oportunidades de trabalho diminuem e a proteção social que lhes devemos tantas vezes não existe.

Isto não é uma brincadeira! Trata-se de todo um paradigma que urge alterar estruturalmente, em todas as suas aplicações e em toda a extensão do problema, defendendo a criação cultural de todo um país e cumprindo os desígnios constitucionais – o Estado, no seu todo, tem o dever constitucional de apoiar as artes e os artistas e deve tratar este setor e estes profissionais com o respeito e consideração que eles, como todos os cidadãos, nos merecem.

## 5) Cultura – Lugar de Liberdade e Afirmação Nacional

Precisamos de afirmar a CULTURA como verdadeiro desígnio nacional, de todos e com todos, criadores, públicos, comunidades, cidadãos e instituições. O tecido artístico e cultural é constituído por todas as estruturas criadoras da sociedade – desde as coletividades de bairro aos teatros e museus nacionais, desde as manifestações organizadas e complexas às estruturas espontâneas ou de cariz tradicional. A riqueza está nesta diversidade, nesta pulsão de força e de necessidades.

Não nos iludamos com falsas demagogias, quando nos tentam convencer de que a CULTURA é marginal ou secundária. Ela é central e vital em toda a nossa vida e fundamental na afirmação e no desenvolvimento de um país. É indispensável pensar estrategicamente a longo prazo, transformar o investimento do Estado numa intervenção permanente, vasta e multifacetada, definindo as modalidades da ação cultural do Estado enquanto promotor, aos níveis central e/ou autárquico, e sobre as suas formas de relação com a rede geral de criadores, formada, essencialmente, por agentes independentes. A CULTURA poderá ter um papel determinante e estruturante na descentralização do país que se tornou inadiável.

O apoio à criação artística, em todas as suas vertentes e áreas de atuação, é das competências mais importantes do Ministério da Cultura e não incide nem condiciona apenas a vida dos artistas, enquadra também as vidas de todos nós, porque nós precisamos do que eles criam! Com a liberdade e o olhar crítico que é próprio da arte. Com a capacidade de síntese única que a arte tem de nos trazer ao presente todo o nosso passado e o futuro que nos espera.

É, por isso, também um erro profundo que o estado pretenda que as artes que apoia devam prosseguir objetivos exteriores a elas próprias. Elas devem ser apoiadas naquilo que está na sua natureza e que nos liga a todos enquanto povo, nação, língua, tradições ou imaginários. Os sentidos da criação devem ser incentivados na sua própria liberdade criadora e não pretender perseguir propósitos que não sejam os seus próprios, enquanto bens culturais que nos habitam e nos estruturam. Só dessa forma a capacidade criadora de todos os nossos agentes criativos e artísticos será potencialmente produtora de um vasto mercado de riqueza, dentro e fora do país.

A Cultura não se paga a si própria, tal como a educação pública de qualidade, abrangente e democrática, não se paga a si própria. A Cultura, tal como a investigação científica ou a saúde, paga-se pelas repercussões sociais, económicas e estruturantes que constrói. Por isso é fundamental assumirmos uma total mudança de paradigma: A CULTURA não pode continuar a ser vista como uma espécie de desperdício. Temos de passar a ver a CULTURA como o que, de facto, ela é: um investimento de grande criação de riqueza económica, humana e social. Fonte de afirmação da própria liberdade pessoal e coletiva de um país.

Portugal tem vindo a adquirir, nos últimos anos, um importante prestígio cultural internacional que importa aproveitar e acentuar. Tenho sido já em vários domínios, muito fruto do grande empenho e perseverança dos nossos criadores. O cinema tem tido inúmeros prémios. As artes plásticas ou a arquitetura são já setores de excelência. A música e as artes performativas têm vindo a obter reconhecimento internacional. O nosso património, por via de um caminho de preservação e divulgação, tem obtido uma enorme visibilidade nacional e internacional.

Todas estas conquistas têm de ser preservadas e ser objeto de investimentos estruturais de longo prazo. Não podemos continuar a navegar à vista de um curto monóculo. Temos de usar os “satélites” do conhecimento e da previsão estrutural.

Está na hora de assumirmos um desígnio nacional e coletivo:

Tornar a **CULTURA** numa **PRIORIDADE NACIONAL**

Criar o **SERVIÇO NACIONAL PÚBLICO DE CULTURA**



## 6) PROPOSTAS

Propomos a construção de um amplo compromisso nacional em torno das seguintes propostas:

1. Criação do **SERVIÇO NACIONAL PÚBLICO DE CULTURA (SNPC)**
  - a. Desenvolver uma rede Nacional de Centros Culturais em coordenação estreita com as autarquias
  - b. Utilizar a Rede Nacional como uma efetiva afirmação de descentralização (ex: “O Teatro Nacional deverá ser um serviço nacional público e não um edifício!”)
  - c. Identificar estruturas regionais abrangentes a todo o território
  - d. Descentralizar as estruturas Nacionais do Estado - Compromisso permanente fora dos âmbitos de concurso
  - e. Inserir serviços efetivos nas estruturas descentralizadas do **SNPC**, na promoção do livro, das bibliotecas, do cinema, das artes visuais, do espetáculo e do património, incidindo particularmente nas populações socialmente mais vulneráveis
  
2. Crescimento gradual e sustentado do Orçamento de Estado para a Cultura
  - a. Meta de **1% até ao final da próxima legislatura**
  - b. Crescimento gradual em cinco anos com percentagens anuais regulares
  - c. **Carta Nacional de Compromisso** do Estado com todos os agentes culturais
  - d. Definição de prioridades na aplicação dos montantes em Plano Global Estratégico definido até final da presente legislatura
  - e. Reforço das competências e da autonomia orçamental do Ministério da Cultura

- f. Desenvolvimento de articulações específicas entre o Ministério da Cultura e secretarias ou Ministérios, como Negócios Estrangeiros, Educação, Economia ou Turismo

### 3. Redefinição da **Lei do Mecenato**

- a. Primado: o estado não deverá “financiar-se a si próprio”
- b. Dinâmicas de dedução efetiva à coleta de impostos para toda a criação de “interesse cultural”
- c. Separação de financiamentos entre estruturas de âmbito nacional e outras
- d. Clarificação e alargamento dos incentivos fiscais ao mecenato
- e. Transferências de verbas recolhidas em impostos sobre o turismo para investimento na criação cultural

### 4. Incremento da **Arte na Educação e na Aprendizagem Escolar**

- a. Fomento do primado da aplicação dos conceitos da Educação pela Arte a todo o ensino
- b. Introdução de áreas curriculares artísticas em todos os graus de ensino – Escola Cultural
- c. Investimento em programas regulares de ligação entre a Escola e a Criação Artística – desenvolvimento de novos públicos
- d. Assumir a Cultura como elo privilegiado entre a Escola e toda a comunidade
- e. Inclusão e potenciação cultural das atividades performáticas dentro das Escolas – Criação do Plano Nacional do Teatro na formação escolar, a par do Plano Nacional do Livro e da Leitura ou do Plano Nacional do Cinema.
- f. Apoiar as estratégias assentes na utilização de meios digitais de acesso a conteúdos culturais

### 5. **Concursos regulares, anuais e plurianuais, de financiamento à criação artística**

- a. Introdução de reestruturações ao atual Modelo de Apoio às Artes, numa perspetiva de continuidade
- b. Aplicação a estruturas de criação em clara separação do Serviço Nacional Público de Cultura e de todas as estruturas de apresentação ou promoção cultural
- c. Compromisso de regularidade por parte do Estado na antecipação de decisões de financiamento para um prazo

mínimo de seis meses, sempre em coordenação com o lançamento das “temporadas”

6. Fomento do **Associativismo Cultural tradicional e de proximidade**

- a. Incentivo a programas de promoção da participação cultural e da ligação entre o associativismo e as estruturas regulares do **SNPC**
- b. Fomento de todas as atividades culturais tradicionais, através de apoios regulares à produção e à sua visibilidade e dignificação
- c. Resposta adequada às carências estruturais de todo este setor associativista, atenuando as desigualdades atuais
- d. Fomento à fixação de populações por via do incremento à produção e desenvolvimento da criação artística e incentivo à criação de emprego como meio de envolvimento efetivo das populações

7. Criação de **ORÇAMENTO PARTICIPATIVO na CULTURA**

- a. Aplicado a projetos específicos em áreas da Cultura
- b. Decidido por votação alargada às áreas regionais, mediante propostas de organismos de criação artística e cultural
- c. Definido em função de uma percentagem do orçamento de apoio à criação

8. Incremento à efetiva **aplicação de Fundos Europeus**

- a. Criação de Departamento de inclusão e coordenação dos financiamentos para a cultura nos âmbitos europeus
- b. Cultura 2020 – aplicações concretas associadas às estruturas do SNPC e às estruturas independentes
- c. Fomento de projetos de renovação e edificação de património cultural através de fundos europeus
- d. Protocolos com estruturas de turismo

9. **Luta efetiva contra a precariedade**

- a. Integração de estruturas/companhias existentes dentro do Serviço Nacional Público de Cultura
- b. Obrigatoriedade de contratação dos profissionais necessários para a prossecução dos objetivos culturais anunciados

- c. Aplicação de sistema específico de proteção social e de proteção ao desemprego para os profissionais intermitentes da cultura
10. Valorizar a área da Cultura nas estruturas internas do PS
- a. Observatório permanente a todas as questões sobre cultura
  - b. Criação de Secretário Nacional e de Secretários federativos para a Cultura
  - c. Criação de Grupo de trabalho permanente dentro do Gabinete de Estudos do PS
  - d. Criação de um interlocutor privilegiado junto dos organismos de decisão e de governação
  - e. Criação do **Departamento Nacional de Cultura** – aberto à participação de todos
11. **Fomento à Internacionalização**
- a. Promoção da mobilidade de artistas e profissionais da cultura no espaço europeu, no espaço CPLP e noutros territórios
  - b. Incentivo à circulação e reconhecimento das suas obras.
  - c. Primado da Cultura como produto com forte rentabilidade para exportação
  - d. Protocolos com MNE e com estruturas de Turismo

Paulo Matos  
tel: 933 330 933  
paulo1matos1@gmail.com